

Dia do Índio

Abandono de aldeias por parte do Governo ameaça comunidade tupi-guarani da região

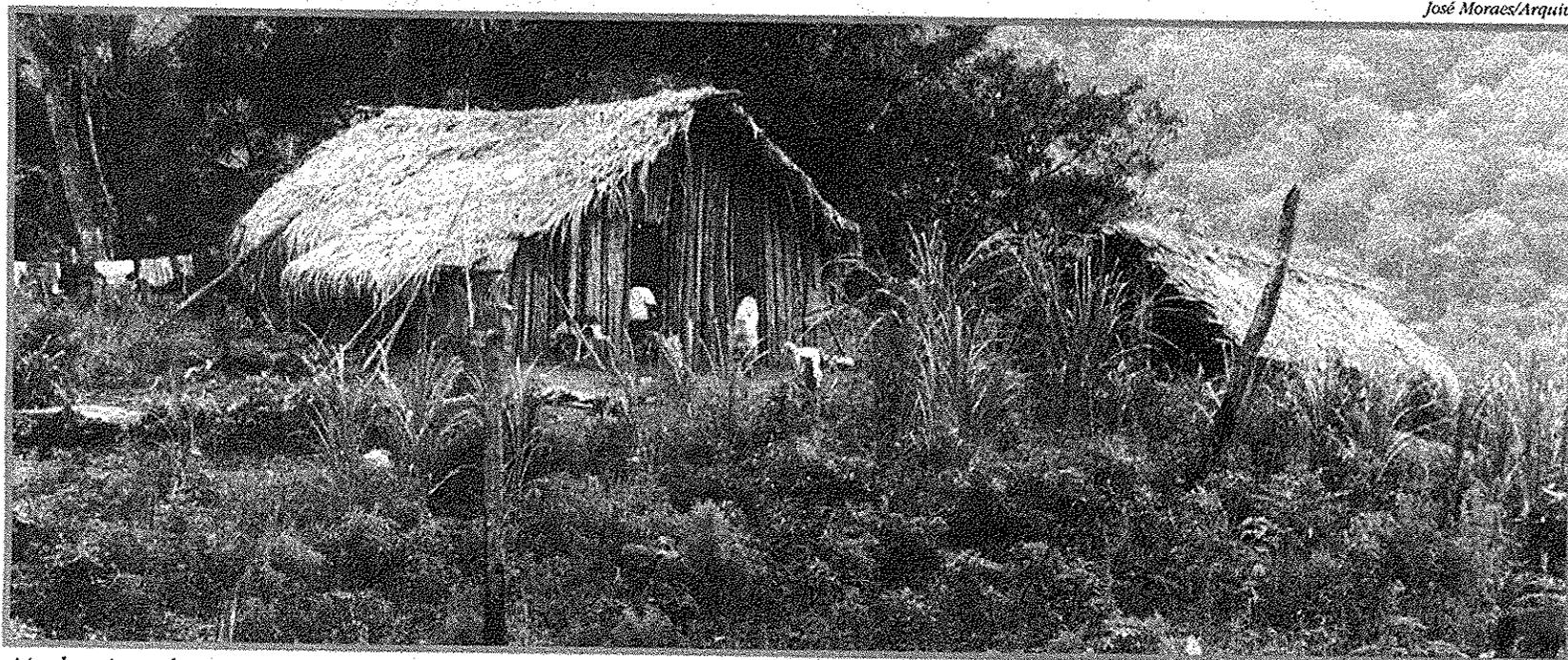
Tribos sobrevivem da venda de palmito e de artigos de artesanato nas feiras e ruas de Itanhaém

Da Sucursal

José Moraes/Arquivo

A situação das aldeias de índios no Litoral Sul, de um modo geral, continua refletindo um estado de abandono e de precariedade que acabam por provocar um aumento da mortalidade infantil entre a população tupi-guarani. Como único meio de subsistência, os índios vivem da venda do palmito e de alguns artigos de artesanato em feiras livres como a de Itanhaém. Devido ao atual quadro, os indígenas dizem que não há muito o que comemorar hoje, data instituída pelo Governo Federal como o Dia do Índio.

Os caciques da Aldeia do Rio Branco, de Itanhaém, informaram que o abandono em que se encontra o local é um retrato do quanto o Governo Federal investiu nestes segmentos. A enfermaria existente simplesmente não funciona e alguns poucos medicamentos são utilizados pelos próprios índios sem um acompanhamento médico. Segundo o relato de alguns deles, uma enfermeira chega a ir, mas não de uma forma regular. "Ficamos quase um mês sem ninguém, para atender aqui", explicou um integrante da aldeia.



Ainda vivendo emocas, os indígenas não dispõem de médicos e a mortalidade infantil na tribo é considerada muito alta

Recentemente, a Secretaria de Saúde de Itanhaém reativou a Unidade Ambulatorial Móvel através do Projeto Roda Vida e fez o atendimento médico próximo à entrada da Estrada do Mambu, que é o único acesso para a aldeia, amenizando um pouco a situação. Outro

problema é o estado dessa estrada, que se encontra sem asfalto, impossibilitando o transporte coletivo de chegar até as proximidades da aldeia. "Ficamos praticamente isolados de qualquer tipo de auxílio da comunidade do Município", informou o cacique Arlindo.

Associação — Uma associação formada por índios do município de Itanhaém foi formada em 1996, com o objetivo de canalizar as reivindicações das aldeias junto às entidades governamentais competentes. Recentemente, uma representante da Assembléia Legislativa foi

até o Município ver as condições do local, e, com isso, enviar uma solicitação junto ao órgão governamental federal (Funai) para que seja resolvido o problema. No entanto, até o presente momento, não se obteve nenhum resultado prático em prol da comunidade indígena.